

Ensino da língua e desenvolvimento educativo

Maria Helena Mira Mateus

Resumo

A explicitação de como o ensino da língua materna contribui para o desenvolvimento psico-social e cultural do estudante supõe o conhecimento das características categoriais das línguas. É hoje incontroverso que o ser humano possui a faculdade da linguagem, ou seja, uma capacidade cognitiva que lhe permite, em contacto com o ambiente linguístico adquirir, inconscientemente e progressivamente, uma língua que possui um léxico e um sistema de regras e operações que é o seu sistema computacional. A aquisição e domínio de uma língua supõem, portanto, numerosas e complexas operações mentais.

Relativamente ao ensino formal da língua materna temos que reconhecer que o desenvolvimento progressivo das competências nucleares tem consequências no desenvolvimento das capacidades mentais de atenção, generalização e sistematização, treino da memória e do raciocínio teórico, criatividade, aprofundamento da sensibilidade e integração sócio-cultural.

Palavras-chave

- Língua materna - estudo e ensino;
- Língua materna e educação;
- Linguagem e educação;

Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Presidente do Instituto de Lingüística Teórica e Computacional - ILTEC.
Doutora em Lingüística

1 Introdução

Ao preparar este artigo sobre a dimensão cultural e científica do ensino da língua, e da sua contraparte artística que é a literatura, ocorreu-me que, para grande número de pessoas, o contributo do ensino nestas áreas é exclusivamente de cariz cultural e normatizador. Ou seja: o ensino da língua materna, da literatura e das línguas estrangeiras é frequentemente encarado como tendo apenas objectivos de ordem prática e social, como a aquisição de conhecimentos e a fruição da obra literária, o domínio de línguas estrangeiras de utilização internacional e a correcção padronizada no uso da língua materna oral e escrita.

Estes objectivos são claramente respeitáveis e pertinentes. Por um lado, o papel da língua padrão, ou da norma linguística, nas sociedades contemporâneas torna-a um instrumento essencial da cidadania: o cidadão precisa de usar a língua materna de acordo com as situações em que se encontra, precisa de a dominar o suficiente para desempenhar actividades profissionais e aceder a produtos culturais, precisa de utilizar a norma linguística aceite de modo a integrar-se no sistema social da comunidade em que vive e a responder às expectativas próprias e alheias. Esta função social da escola é óbvia, obrigatória e indiscutível, e para o seu cumprimento contribui, de forma ímpar, o ensino da língua materna.

No que respeita às línguas estrangeiras, nomeadamente as línguas de trabalho dos organismos plurinacionais, escusado será dizer da vantagem do seu conhecimento e domínio no âmbito dos espaços multinacionais e concorrenciais em que estamos integrados.

Por outro lado, o relevo dado ao conhecimento da obra literária e a alta percentagem de tempo escolar a ela dedicada assenta na convicção de que o contacto com a obra de arte construída com palavras ilumina e aprofunda a sensibilidade, enriquece culturalmente e aperfeiçoa o domínio da língua pela intimidade estabelecida com os seus mais originais cultores. Aceites como bons estes objectivos pelo seu carácter consensual, não discutirei as estratégias pedagógicas necessárias para os atingir com sucesso.

Mas no ensino da língua materna devem ser consideradas outras vertentes que especificamente contribuem para o desenvolvimento psico-social do indivíduo em contexto educativo, e que decorrem das características da linguagem humana e das línguas em particular.

2 A Faculdade da Linguagem

A comunidade científica que directa e indirectamente se ocupa da natureza da linguagem aceita hoje, como incontroversa, a existência de uma série de capacidades humanas, inatas e diferentes das demais capacidades cognitivas, que estão na base da utilização das línguas, capacidades essas que constituem, como diz Chomsky (1996,p.20)

um tipo de organização intelectual única que não pode ser atribuída a órgãos periféricos nem à inteligência geral e que se manifesta no que podemos chamar o “aspecto criador” da utilização normal da linguagem .

Esta ‘faculdade da linguagem’ e a sua capacidade criadora foi já há vários séculos largamente discutida por Descartes no *Discurso do Método*. Lembrem-se as palavras com que diferencia os homens dos animais na base da utilização da linguagem:

[Porque] é uma coisa digna de nota o não haver homens, tão embrutecidos e tão estúpidos, sem exceptuar mesmo os loucos, que não sejam capazes de combinar várias palavras e de compor com elas um discurso que lhes permita exprimir os seus pensamentos; o que não acontece com nenhum outro animal, por muito perfeito ou bem gerado que tenha sido (DESCARTES, 1961,p.68).

Esta faculdade universal está na base da aquisição da linguagem e supõe que a criança, ao nascer, seja detentora de um programa que lhe permita adquirir, nos primeiros anos de vida e com assombrosa rapidez, espontaneamente e sem ensino formal, os sons, o vocabulário e os processos de construção de palavras e frases da língua falada na comunidade que a rodeia. Esta rápida aquisição da língua materna, que se processa em contacto com dados linguísticos não especificamente dirigidos para a aprendizagem, ainda é mais espantosa se considerarmos que uma língua natural é um sistema altamente complexo e especializado, complexidade que se verifica e qualquer língua do mundo. Note-se o que diz Pinker (1995,p.27) a este propósito, nessa luminosa e penetrante obra denominada *The language instinct*:

As invenções culturais variam largamente na sua sofisticação de sociedade para sociedade. [...] Alguns grupos contam fazendo entalhes em ossos e cozinham em fogos que acendem com paus afiados, outros usam computadores e fornos de microondas. A linguagem, porém, destrói esta correlação. Existem sociedades (que estão) na Idade da Pedra, mas não existe tal coisa como uma língua (que esteja) na Idade da Pedra.

Com o desenvolvimento dos estudos linguísticos no paradigma da cognição, quer se entenda a linguagem como um produto da capacidade modular do cérebro, quer se entenda como um instinto, tornou-se indubitável segundo Chomsky (1999) que a linguagem possui propriedades representacionais, simbólicas, e corresponde, do ponto de vista físico, a um sistema e não a um só órgão. Além disso, se os progressos no conhecimento dos processos cognitivos permitem afirmar que esses processos decorrem de uma mesma base genética que é universal, é lícito admitir a universalidade da capacidade genética da fala.

3 Características universais das línguas naturais

No que respeita à arquitectura geral das línguas, e de acordo com as propostas mais recentes da teoria linguística, podemos considerar ainda, de acordo com Chomsky (1999, p.18) que todas elas possuem duas componentes: um *léxico* e uma *componente computacional* constituída por regras e operações que operam recursivamente sobre os itens do léxico e sobre as expressões complexas formadas a partir destes.

A teoria das línguas e das expressões que essas línguas geram é a Gramática Universal. Deve ainda considerar-se que as línguas possuem uma Forma Lógica que associa cada expressão gerada a um dos dois níveis de interface – o nível conceptual-intencional (sistema de pensamento) e o nível articulatório-perceptual (sistema sensorio-motor).

Ao falarmos podemos, assim, em acção este complexo sistema, servindo-nos do que Duarte (2000 a, p.110) chama a engenharia do uso da língua. Essa engenharia é suportada pelas propriedades caracterizadoras das línguas:

- uma combinatória de elementos discretos,
- a recursividade,

- uma estrutura hierárquica
- categorias.

Estas propriedades são sintomatizadas segundo Sim-Sim e Ferraz (1997, p.16-17) por alguns tipos de fenómenos: os *constituintes descontínuos* – como por exemplo na frase ‘prefiro falar de linguística do que discorrer sobre metafísica’ em que é necessário reter o primeiro membro da frase para o relacionar com o segundo –, as *dependências de longa distância* – como ‘a língua que eu falo é a portuguesa’ em que é preciso reconhecer a relação entre o nome substituído por *que* e o verbo *falar* – e a *ambiguidade estrutural* – como em ‘eu trouxe comigo um livro do Chomsky’ que pode ser interpretado como ‘um livro que pertence ao Chomsky’ ou ‘um livro cujo autor é Chomsky’.

As referidas propriedades – elementos discretos, recursividade, estrutura hierárquica e categorias – e os processos linguísticos que acabo de mencionar – os constituintes descontínuos, as dependências de longa distância e a ambiguidade – possibilitam a *utilização criativa* da língua em todos os níveis: fonológico, morfológico, sintáctico, lexical, semântico e pragmático. Quando falo em criatividade não estou a referir-me à criação literária, artística por natureza e, portanto, reservada apenas a alguns. A criatividade a que me refiro é outra, é própria de qualquer língua e éposta em acção por todos nós em cada momento quando falamos – na criação de novas palavras e na construção de frases nunca ouvidas, ou na produção de enunciados alternativos com o mesmo fim comunicacional.

Por outro lado, a linguagem humana tem a propriedade de ser independente de estímulos referindo algo que não está em presença. O livro de Pinker (1995, p.15) que atrás mencionei começa assim:

Enquanto você está a ler estas palavras, está a tomar parte em uma das maravilhas do mundo natural. Porque você e eu pertencemos a uma espécie que tem uma notável capacidade: podemos imprimir eventos reciprocamente no nosso cérebro com precisão excepcional [...] Esta capacidade é a linguagem.

É este o objecto de estudo do ensino da língua, este sistema invisível e altamente complexo que adquirimos sem disso termos consciência. Nas suas finalidades cultural e social que no início referi, o sucesso deste ensino avalia-se pelo domínio que o estudante atinge no reconhecimento e na produção linguística ao nível do oral e da escrita.

4 Conhecimento da gramática e desenvolvimento educativo

A questão que levanto agora sob a forma de pergunta conduz-me ao aspecto central deste texto. Para atingir a desejada competência na compreensão do oral e do escrito e na expressão oral e escrita bastará expor o estudante ao seu objecto de estudo nas suas várias utilizações, desenvolver a produção escrita e oral estimulando a explicitação do raciocínio e dos sentimentos, criar a tal intimidade com a obra literária discutindo processos narrativos? Vários tipos de avaliação têm provado que esta prática pedagógica é insuficiente mesmo quando corresponde a um procedimento satisfatório. E mais: ela é lacunar no que respeita à possibilidade de usufruir da complexidade do sistema linguístico para estimular o desenvolvimento psicológico do estudante.

É neste ponto que deve referir-se uma outra competência a desenvolver em ambiente formal do ensino da língua: o seu *conhecimento explícito*. Como em qualquer outra área da educação escolar, o objecto de estudo, a língua, exige uma *explicitação das suas características, propriedades e funcionamento*. Esta explicitação é entendida como o ensino da *gramática*, ensino que foi ostracizado nos anos 60, com a entrada do oral na escola, e que retornou, nas décadas de 70 e 80, em completa confusão entre transmissão directa de conceitos linguísticos e pedagogia do conhecimento explícito da língua.

Não pretendo defender aqui o conceito tradicional de gramática pedagógica que apela à memória e é acompanhado por algumas estratégias – melhor diria, estratagemas – que permitem reconhecer, quase automaticamente, as categorias verbais e frásicas do enunciado. O conhecimento que hoje possuímos dos princípios presentes na gramática universal, decorrentes das propriedades que caracterizam as línguas, e dos parâmetros em que se situa cada língua particular permitem-nos desenhar outros contornos para a introdução do conhecimento explícito da língua no ensino da língua materna. Não é tarefa fácil dada a invisibilidade do sistema e a identidade que o indivíduo sente com a língua que fala e, ainda, o facto de os instrumentos para a análise da língua coincidirem com o próprio objecto de análise. Mas estas circunstâncias justificam precisamente a necessidade de utilização de uma metalinguagem que crie uma distância entre o indivíduo e o objecto de estudo e lhe permita analisar o funcionamento desse objecto.

Um dos aspectos pedagogicamente válidos que devem ser destacados em relação à posição que acima defendo é o facto de o conhecimento explícito da língua estar em inter-relação permanente com as capacidades de compreensão e de produção da língua oral e da escrita, “formando um todo que enforma e alimenta o crescimento linguístico do sujeito” (SIM-SIM; FERRAZ, 1997, p. 16-17).

Uma das vertentes do conhecimento explícito da língua que corre para o crescimento linguístico do indivíduo é a possibilidade que esse conhecimento lhe proporciona de tomar consciência das operações que realiza nos actos de fala. Por outro lado, e diria mesmo a um nível superior, um ensino da língua que desenvolva uma capacidade de elaboração mental tem uma notável influência no desenvolvimento psico-soci-al e comportamental do estudante.

Senão, vejamos: a componente computacional da língua é constituída por regras e operações cuja captação obriga a um esforço de *memória* e *atenção* sobre os dados linguísticos. A identificação de certos elementos ocorrentes nesses dados que possuem características comuns leva ao desenvolvimento das capacidades de *sistematização* e *generalização*. A formulação de regras treina o *raciocínio teórico* e a *capacidade de abstracção*. A consciente utilização dos recursos criativos da língua, com manipulação das regras de formação de palavras e frases ou de enunciados, desenvolve a *criatividade*.

Finalmente, o conhecimento do funcionamento da língua pode ser utilizado, em contexto educativo, para *reconhecer* e *identificar a informação* contida em qualquer tipo de texto e, ainda, para desenvolver a *capacidade de argumentação* e de *contra-argumentação* na produção oral e escrita.

Uma vez mais recorro a Pinker para citar o título do seu primeiro capítulo em que denomina a linguagem: “*Um Instinto para adquirir uma Arte*”¹⁰, Não será isso que pretendemos de um desenvolvimento educativo? Interagir conscientemente com as capacidades inatas da criança para que ela chegue tão longe quanto possível como ser humano, construindo, com a razão e a sensibilidade, uma arte de estar na vida?

Nota

- 01 Este título é, aliás, baseado em Darwin (apud PINKER, 1995, p. 20) que, depois de uma reflexão sobre a natureza da língua, conclui ser a capacidade de linguagem ‘uma tendência instintiva para adquirir uma arte’.

Referências

- CHOMSKY, Noam. *La linguistique cartésienne*. Tradução de N. DELANOE e Dan SPERBER. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
- CHOMSKY, Noam. *O Programa minimalista*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- DESCARTES, René. *Discurso do método e tratado das paixões da alma*. 4ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1961.
- DUARTE, Inês. Algumas boas razões para ensinar gramática: a língua mãe e a paixão de aprender. In: ACTAS DO ENCONTRO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS, 2. Porto: Areal, 200. p. 110-123
- _____. Uso da língua e criatividade. In: FONSECA, F. I.; DUARTE, I. M.; FIGUEIREDO, O. (Orgs.). *A linguística na formação do professor de português*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2000. p. 107-123.
- _____. Ensino da língua materna: da repetição de modelos à intervenção educativa cientificamente fundamentada. In: REIS (Orgs.). *Didáctica da língua e da literatura*. Coimbra: Almedina, 2000. v.1, p. 47-61.
- PINKER, Steven. *The language instinct: how the mind creates language*. New York: Harper Perennial, 1995.
- SIM-SIM, Inês, DUARTE, INÊS e FERRAZ, MARIA JOSÉ.. *A língua materna na educação básica*. Lisboa: Ministério da Educação, DEB.[19--].

Language Teaching and Educational Development

Abstract

If it is important to become aware of how the teaching of mother language can contribute to the student's psycho-social and cultural development, we have to make explicit the language's categorical characteristics. It is uncontroversial nowadays that the human being have a special cognitive capacity, the 'faculty of language', which allows him/her to acquire his/her own language in contact with the linguistic context and without taking conscience of that. Each language is constituted by a lexicon and a system of rules and operations, its computational system. The acquisition and the domain of a language suppose, thus, many complex mental operations.

Regarding the formal teaching of mother language we have to recognise that the progressive development of nuclear competences have clear consequences in the development of mental capacities: attention, generalization and systematization, practice of memory and theoretical reasoning, creativity, deepen of the sensibility and socio-cultural integration.

Key words

- Native Language;
- study and teaching;
- Native Language and education;
- Language and education.

Enseñanza de la lengua y desarrollo educativo

Resumen

Explicitar como la enseñanza de la lengua materna contribuye para el desarrollo psicosocial y cultural del estudiante supone el conocimiento de categorías características de las lenguas. Es hoy irrefutable que el ser humano posee la facultad del lenguaje, o sea, una capacidad cognitiva que le permite, en contacto con el ambiente lingüístico adquirir, inconsciente y progresivamente, una lengua que posee un léxico y un sistema de reglas y operaciones que es su sistema computacional. Por lo tanto, la adquisición y el dominio de una lengua suponen, numerosas y complejas operaciones mentales.

Con relación a la enseñanza formal de la lengua materna tenemos que reconocer que el desarrollo progresivo de las competencias nucleares tiene consecuencias en el desarrollo de las capacidades mentales como por ejemplo: la atención, generalización y sistematización, entrenamiento de la memoria y del raciocinio teórico, la creatividad, y la profundización de la sensibilidad y la integración socio – cultural.

Palabras Clave

- Lengua Materna;
- Estudio y enseñanza,
- Lengua Materna y educación;
- Lenguaje y educación.

Maria Helena Mira Mateus
Av. Duque d'Ávila 56/8
1050-083- Lisboa Portugal
Tel. (351) 21 3575608
E-mail mhm@ip.pt

Recebido em: 12/03/2002
Aprovado em: 11/04/2002